

CONSERVADORISMO CRISTÃO E PERSEGUIÇÃO AOS ESTUDOS DE GÊNERO: A QUARTA VERSÃO DA BNCC

Fernanda Pereira de Moura¹

Resumo: Neste artigo abordaremos a atuação de grupos conservadores para a retirada das menções a gênero da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental. O lançamento desta quarta versão da BNCC que surpreendeu a todos se deveu às pressões dos cristãos conservadores organizados no grupo Professores Contra a Ideologia de Gênero que agiram através de *advocacy*, realizando audiências públicas e produzindo documentos contrários a BNCC anterior.

Palavras-chave: Educação; Políticas Públicas; Gênero; Ideologia de Gênero

Abstract: In this article we will focus on the work of conservative groups for the withdrawal of mentions of gender from the National Curricular Common Base for Elementary Education. The launch of this fourth version of BNCC that surprised everyone was due to the pressures of conservative Christians organized in the group Teachers Against Gender Ideology who acted through advocacy, organizing public hearings and producing documents contrary to the previous BNCC.

Keywords: Education; Public policy; Genre; Gender Ideology

Resumen: En este artículo abordaremos la actuación de grupos conservadores para la retirada de las menciones a género de la Base Nacional Común Curricular para la Enseñanza Fundamental. El lanzamiento de esta cuarta versión de la BNCC que sorprendió a todos se debió a las presiones de los cristianos conservadores organizados en el grupo Profesores Contra la Ideología de Género que actuaron a través de *advocacy*, realizando audiencias públicas y produciendo documentos contrarios a la BNCC anterior.

Palabras-clave: Educación; Políticas públicas; género; Ideología de Género

¹ Possui mestrado em Ensino de História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016), especialização em Gênero e Sexualidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014) e graduação em História também pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2008), É professora da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (2009 - hoje) tendo sido também professora da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro e da rede particular de ensino.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC

A existência de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é prevista no artigo 210 da nossa Constituição Federal, no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da educação e no Plano Nacional de Educação. Entretanto, apesar de prevista desde 1988, foi apenas quase 30 anos depois que o documento passou a existir e ainda assim com inúmeros problemas fruto das tradicionais disputas políticas travadas por diferentes setores da sociedade sobre o Currículo.

Em junho de 2015 o Ministério da Educação (MEC) anunciou o início do processo de construção de uma Base Nacional Comum Curricular o processo foi descrito através da Portaria MEC 592 que também institui o grupo de professores que seria responsável pela redação da primeira versão da base. Em setembro do mesmo ano é divulgada a versão preliminar feita por especialistas de 35 universidades brasileiras. No mesmo mês foi aberta a consulta pública que fora encerrada em março do ano seguinte, 2016. Segundo o MEC, durante esse período, a BNCC teria recebido 12 milhões de contribuições.² Em maio do mesmo ano foi liberada a segunda versão do documento. As disciplinas de Língua Portuguesa e História foram as que mais sofreram alterações.

E em abril de 2017 foi divulgada a terceira e supostamente a última versão da Base. Após a divulgação foram realizados pelo MEC cinco seminários para debater esta segunda versão. A 1ª Audiência Pública da BNCC foi realizada em Manaus (AM) no dia 07/07/2017; a 2ª Audiência Pública foi realizada em Recife (PE) no dia 28/07/2017; a 3ª Audiência Pública foi realizada em Florianópolis (SC) no dia 11/08/2017, a 4ª Audiência Pública da BNCC, em São Paulo (SP), no dia 25/08/2017 e a 5ª Audiência Pública da BNCC foi realizada em Brasília (DF) no dia 11/09/2017.

Encaminhada pelo ministério ao Conselho Nacional de Educação (CNE), mais uma vez o documento sofreu inúmeras críticas e foi modificado várias vezes até que

² CÁSSIO, Fernando. "Participação e participacionismo na construção da Base Nacional Comum Curricular". Nexo Jornal. 02/12/2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/Participa%C3%A7%C3%A3o-e-participacionismo-na-constru%C3%A7%C3%A3o-da-Base-Nacional-Comum-Curricular?utm_source=socialbttns>. Acesso em 22/02/2018.

em 15 de dezembro de 2017 o CNE aprovou o texto da terceira versão modificada por 19 votos a 3 e o documento foi homologado sem alterações, 5 dias depois, pelo Ministro da Educação, Mendonça Filho. O previsto é que durante este ano de 2018 sejam oferecidas formações para professores e feitas as reformulações nos materiais didáticos para que ela seja implantada em 2019.

Os Professores Contra a Ideologia de Gênero e o Escola Sem Partido

Após o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff,³ o primeiro grupo recebido oficialmente pelo novo Ministro da Educação, o político de carreira Mendonça Filho,⁴ foi uma representação do grupo Revoltados Online. A comitiva estava composta por três membros: o criador do grupo, Marcelo Cristiano Reis, a cunhada do procurador e criador do movimento Escola Sem Partido (ESP) Miguel Nagib, a procuradora aposentada Bia Kicis, e o ator Alexandre Frota, “conhecido por suas posições extremistas contra a esquerda e por uma aparição na TV em que disse, em um quadro humorístico, ter estuprado uma mulher” (BEDINELLI, 2016). Segundo o próprio grupo declarou em vídeo gravado na frente do MEC logo após o encontro, um dos pontos de pauta da reunião com o Ministro foi o Programa Escola Sem Partido.⁵ Apesar do Ministério já ter declarado formalmente⁶ ser contrário ao programa, acreditamos que o fato do ministro tê-los recebido como seu primeiro compromisso oficial deixa clara a distância entre o discurso oficial e a realidade de apoio mútuo entre o atual ministro e o ESP que fica clara quando analisamos em conjunto também outras políticas para a educação tais como a Reforma do Ensino Médio e a BNCC.

De fato, na página do movimento Escola Sem Partido são indicados dois blogs. Um deles é o “Tomatadas” do professor Luís Lopes Diniz Filho, do departamento de

³ O processo iniciou-se com a aceitação, em 2 de dezembro de 2015, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, de uma denúncia por crime de responsabilidade oferecida pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, e se encerrou no dia 31 de agosto de 2016, resultando na cassação do mandato da presidenta.

⁴ José Mendonça Bezerra Filho é administrador de empresas e político filiado ao Democratas (DEM), tendo exercido dois mandatos como deputado estadual e deputado federal pelo estado de Pernambuco, além de ter sido eleito vice-governador e governador no mesmo estado.

⁵ A declaração foi repetida em outro vídeo gravado algumas horas, no qual Alexandre Frota não estava presente, mas estavam Kicis, Reis e Nagib.

⁶ Para mais sobre o posicionamento do MEC a respeito do Escola Sem Partido ver Gomes (2016).

Geografia da Universidade Federal do Paraná, e o outro é o blog “De Olho no Livro Didático”,⁷ no qual o autor, o professor Orley José Silva,⁸ dedica-se, desde 2014 a tentar provar que os livros didáticos e paradidáticos distribuídos pelo MEC são materiais desenvolvidos para doutrinação comunista dos jovens. Silva, assim como Diniz Filho, é frequente colaborador, real e virtual, do ESP, tendo seus textos reproduzidos na própria página do movimento e sendo convidados para defender a tese da doutrinação de esquerda nas escolas e a necessidade de aprovação dos projetos de lei Escola Sem Partido.

Considerando a posição que Orley José Silva ocupa no âmbito do Movimento Escola Sem Partido como um de seus intelectuais orgânicos, que junto com Diniz Filho tenta provar a doutrinação nos livros didáticos, e o papel que desempenhou ao longo de todo o processo de construção da BNCC, como um dos líderes, ao lado de Viviane Petinelli (UFMG/Harvard), de um grupo de professores cristão conservadores contra a suposta “ideologia de gênero” presente no documento, vamos considerar aqui as concepções defendidas por ele e seu grupo em seus textos como objeto privilegiado de nossa análise.

Em um artigo publicado na página do Movimento Escola Sem Partido, intitulado “Livros didáticos para a revolução socialista bolivariana”, Silva (s.d.) aponta que:

Está em curso, pois, em nosso sistema de ensino público o plantio da semente revolucionária socialista inspirada em Gramsci para uma revolução que se pretende pacífica, caso não haja acidente de percurso. Para o cumprimento deste objetivo, trabalha-se na sociedade a construção hegemônica do ideal comunista por meio de estratégias discursivas que possibilitem a subjetivação dos sujeitos.

Segundo o autor, nessa “subjetivação dos sujeitos” (sic), o livro didático teria papel fundamental uma vez que “traz uma visão marxista de praticamente tudo”. Seria

⁷ A ampliação da análise do Blog “De olho no livro didático” é extremamente importante para a construção de um discurso crítico sobre os argumentos do Escola Sem Partido, pois é onde supostamente estão concentradas as provas da doutrinação existente nos livros didáticos denunciada pelo Movimento Escola Sem Partido.

⁸ Orley José da Silva, é professor da Rede Municipal de Educação de Goiânia, da primeira fase do ensino fundamental, mestre em letras e linguística (UFG), mestrando em estudos teológicos (SPRBC) e doutorando em ciências da religião (PUC Goiás).

com esse olhar “marxista” que o aluno “aprende a ver o mundo, a religião, a história, a sociedade, o estado, a família e suas relações com o ambiente, consigo mesmo e com o outro”. Ainda segundo Silva, a suposta doutrinação marxista estaria focada nas questões relacionadas “a moral e os costumes” enquanto as questões relativas ao poder, à autoridade (que ele destaca que se referem também à autoridade familiar) e às instituições sociais, seriam alvo de uma doutrinação anarquista.

Em suas postagens em seu referido blog, Silva dedica-se fundamentalmente a três temas: a presença de doutrinação de esquerda nos materiais didáticos e nas aulas dos professores e de doutrinação em religiosidade de matriz africana e de doutrinação LGBT. De maneira geral os três temas estariam relacionados pelo seu caráter anticristão. Seja pelo choque entre duas religiosidades diferentes, seja pela presumida incompatibilidade entre o materialismo histórico marxista e o espiritualismo cristão, e a também suposta incompatibilidade entre uma afetividade e sexualidade LGBT e a moralidade cristã. Estes três temas são frequentes, em maior ou menor medida, nas falas públicas e postagens dos defensores do Escola Sem Partido.

O blog, que existe desde 2014, em 2017 ganhou um novo subtítulo: Políticas educacionais e ocorrência de doutrinação nos materiais didáticos, literários e pedagógicos. Foi a partir de 2017 que Orley passou a postar textos seus e de seu grupo sobre a BNCC. Especificamente sobre a 3ª versão desta. Estas postagens serão analisadas no próximo tópico.

A primeira postagem sobre a base data de 3 de abril de 2017 e consiste na divulgação de uma “Carta aberta aos membros das frentes católica e evangélica do congresso nacional”.⁹ Nesta carta de cinco páginas, sendo quatro páginas de texto e uma de assinaturas¹⁰, os professores contra a “ideologia de gênero” requereram aos

⁹ O documento está disponível na íntegra em <<https://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2017/04/professores-protestam-contra-presenca.html>>. Acesso em 22/02/2018

¹⁰ Assinam a carta: Aloma Ribeiro Felizardo, pedagoga, doutoranda em psicologia social (Universidade Kennedy, Buenos Aires), é professora em São Paulo; Carlos Eduardo Lyra Lins, jornalista e professor em Belo Horizonte; Cristiane Feitosa Pinheiro, mestre e doutora em educação (UFPI) e professora na UFPI, em Picos (PI); Débora Cristina de Melo, matemática e bióloga, professora no ensino médio, em Goiânia; Emerson Martins, mestre em geografia (UFG), professor no ensino fundamental e no ensino médio em Goiânia; Fernanda Silvestre Santos Batista, pedagoga (UFG), especialista em educação, professora na educação infantil, da Rede Municipal de Ensino de Goiânia; Instituto de Estudos Independentes - INTESI, Teresina (PI); Marajá João Alves de Mendonça Filho, mestre em geografia (UFG) e doutor em geografia

membros da bancada da bíblia do congresso nacional que interrompessem imediatamente o trâmite da BNCC até que as referências à suposta “ideologia de gênero” fossem removidas e a revogação do inciso II, do artigo 25, do Decreto presidencial nº 9005, de 14 de março de 2017, que aprovaria “a Estrutura Regimental do MEC, com Ideologia de Gênero”.

Segundo este grupo de professores em sua carta, apesar de técnicos do MEC terem dado declarações em sentido contrário, a terceira (e, até então, final) versão da BNCC estaria “contaminada com Ideologia de Gênero”. Os indícios da “contaminação” seriam, em primeiro lugar o fato de nas duas primeiras versões da base o grupo ter encontrado supostamente mais de 50 ocorrências da “ideologia de gênero” e, em segundo lugar, a apresentação feita pela coordenadora da equipe responsável pela BNCC, Ghislene Trigo Silveira, no lançamento da terceira versão do documento no dia 25 de janeiro de 2017. O grupo cita então o 7º *slide* da apresentação de PowerPoint da coordenadora sobre o que seria um dos principais eixos da base: competências pessoais e sociais. No *slide* estaria escrito:

Fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos baseados nas diferenças de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, fé religiosa ou de qualquer outro tipo. (grifo dos autores)

Defendem que a redação opressões “valem-se da costumeira e eficiente estratégia de elencar alguns tipos de preconceito a serem evitados com o puro pretexto de inserir neles o que realmente lhes interessa: gênero e orientação sexual”. Relembrem das mudanças no artigo 2º do Plano Nacional de Educação. No qual a redação passou de “superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual” para “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na cidadania e na erradicação

(UnB), professor na UEG; Mariana de Simone Kaadi Pio, é mestre em história (UFG), professora no ensino fundamental, em Goiânia; Marlos José Ribeiro Guimarães, mestre e doutor em engenharia civil (UnB), professor universitário, em Goiânia; Nelber Ximenes Melo, engenheiro eletricista, mestre em engenharia elétrica (UFC), professor na UFPI; Orley José da Silva, mestre em letras e linguística (UFG), doutorando em ciências da religião (PUC Goiás), professor no ensino fundamental, da Rede Municipal de Ensino de Goiânia; Silvalde de Souza Martins Rocha, pedagoga, mestre em gestão da educação básica (UnB), coordenadora pedagógica em Teresina (PI); Viviane Petinelli, doutora em ciência política (Harvard), docente e pesquisadora na UFMG, em Belo Horizonte; Walter de Paula Silva, mestre em direito (UC Brasília), professor universitário em Goiânia.

de todas as formas de discriminação”. Segundo os autores a alegação de tentativa de defesa dos direitos das mulheres e minorias sexuais são contestadas. E dizem ser desnecessário elencar alguns tipos de preconceito social já que seria impossível relacionar todos.

O grupo então reclama do entendimento do CNE ser favorável a “ideologia de gênero” e reclama da postura do órgão quando da aprovação do Plano Nacional de Educação por ter emitido uma nota publica endereçada às câmaras municipais, à câmara distrital e às assembleias legislativas, sobre seu entendimento de que Planos de Educação que não se preocupassem com as questões de gênero seriam sempre incompletos. Os autores então declaram não ser contra os estudos acadêmicos de gênero e que a objeção do grupo seria quanto

Ao esforço do campo de estudos da Ideologia de Gênero de prescrever “achados subjetivos e subversivos”, principalmente na educação de crianças e adolescentes. Isto sem considerar os graus de amadurecimento psicológico e emocional dos alunos e também o direito dos pais em dirigirem a formação moral e sexual dos filhos.

Os autores defendem então que o governo Temer seria incomparavelmente mais sensível às pautas “que visem proteger os interesses formativos das famílias sobre crianças e adolescentes”, mas que, no entanto, “as engrenagens que possibilitam a governabilidade foram (e ainda são) cuidadosamente aparelhadas em benefício da revolução social e cultural gramsciana”. Defendem também que a área da educação é a mais estratégica e a mais bem estruturada “desta revolução em marcha, invisível e sem rosto, que independe de partidos políticos ou de quem esteja no governo central”.

O grupo explica que é preciso união para montar uma força política capaz de barrar a ideologia de gênero, esse “extraordinário projeto de reengenharia cultural e social operado nas mentes de crianças e jovens com o motivo inconfesso (publicamente) de modelar a seu modo a seu modo a sociedade do futuro”. Explicam que duas gerações já foram contaminadas por ela e pedem que os parlamentares das frentes católica e evangélica pressionem o ministro da educação e o presidente da

república na “defesa da integridade física, emocional e intelectual das crianças e adolescentes brasileiros”.

Como dissemos, a carta aberta aos membros das frentes católica e evangélica do congresso nacional foi a primeira postagem sobre a BNCC feita no blog De Olho no Livro Didático. Foram feitas algumas outras que, por se tratarem de críticas diretas aos conteúdos curriculares analisaremos no próximo item. Gostaríamos agora de analisar a penúltima postagem sobre a BNCC presentes neste Blog. Ela data do dia 16 de novembro de 2017 e intitula-se “Proposta BNCC alternativa realmente constitucional e sem ideologia de gênero”.¹¹ Logo abaixo do título a postagem traz uma foto do grupo de professores acima mencionado sendo recebido pelo ministro da educação Mendonça Filho. Sobre a mesa um grande envelope de papel pardo provavelmente é a proposta de base entregue ao ministro. Nesta postagem, Silva explica como se deu a atuação do grupo durante todo o processo de tramitação da base. Segundo o autor:

Desde que foi publicada a 1ª versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em março de 2016, formou-se de maneira espontânea e informal uma equipe altamente qualificada de técnicos educacionais cristãos com a finalidade de analisar e propor alternativas a esse documento. Esta equipe é composta de professores e pesquisadores da educação, residentes em estados diferentes da federação e liderados pela professora pós-doutora Viviane Petinelli e Silva (UFMG/Harvard).

O autor explica então que além do trabalho de análise dos textos da BNCC, o grupo também acompanhou as cinco audiências públicas realizadas pelo CNE já mencionadas anteriormente e promoveu em conjunto com grupos conservadores cristãos três audiências públicas não-oficiais¹² nas cidades de Belo Horizonte, Brasília e Goiânia. A primeira foi realizada dia 19 de setembro, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, proposta pela deputada estadual Celise Laviola. A segunda foi realizada no dia 25 de outubro, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, foi proposta

¹¹ A proposta, bem como os documentos e materiais produzidos pelo grupo para embasá-la estão disponíveis em <<http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2017/11/proposta-bncc-alternativa-realmente.html>>. Acesso em 22/02/2018

¹² O link para o vídeo das audiências encontra-se disponível na postagem do blog referenciada na nota anterior.

pelo deputado distrital Rodrigo Delmasso e destinava-se especificamente a tratar da presença da “ideologia de gênero” na BNCC e a terceira foi realizada no dia 07 de novembro, na Assembleia Legislativa de Goiás, proposta pelo deputado estadual Francisco Jr, também especificamente para tratar da presença da “ideologia de gênero” na BNCC.

Nesta postagem o autor faz duas críticas à base com as quais finalmente concordamos. A primeira crítica é quanto à pressa em se aprovar o documento sem que ele seja devidamente discutido pela sociedade. E a segunda crítica é quanto às características do documento, que lhe dão uma cara muito mais de currículo do que de uma base curricular sobre as quais os entes federativos iriam construir seus próprios currículos. Entretanto nossas concordâncias com o autor começam e terminam aqui. Segundo Silva, o objetivo da equipe ao propor uma base alternativa fora apresentar um documento que tivesse características de base curricular e não de currículo, que não ferisse o pacto federativo, que estivesse adequada a faixa etária à qual se destina e livre “das intenções revolucionárias da esquerda política”.

Esta versão alternativa da BNCC teria sido subscrita pela Frente Parlamentar Evangélica, pela Frente Parlamentar Católica, pela Frente Parlamentar Mista em defesa da Vida e da Família da Câmara e do Senado e pela Frente Parlamentar em defesa da Vida e da Família da Câmara do deputado e teria sido entregue em 25 de outubro de 2017 aos deputados e senadores e diretamente ao Ministro Mendonça Filho e ao CNE. Observando a foto do encontro com o ministro divulgada no blog De Olho no Livro Didático conseguimos identificar alguns dos participantes da reunião. Dentre eles estavam Viviane Petinelli (UFMG), Lincon Portela (PRB), Alan Rick (DEM), Hidekazu Takayama (PSC-PR), Bispo Manoel Ferreira, Pastor João Campos (PRB), Gilberto Nascimento (PSC-SP) e Orley José Silva.



Silva explica que na mesma ocasião foi pedido ao ministro e ao presidente da câmara dos deputados, Rodrigo Maia, que fosse colocado em votação o requerimento de urgência do deputado Diego Garcia para o PL 4486/16 do deputado Rogério Marinho que determinaria que a BNCC precisasse ser aprovada pelo congresso nacional tal como aconteceu com o Plano Nacional de Educação. Um PL igual foi protocolado no Senado, o 400/17, do senador Ricardo Ferraço. Uma cidadã piauiense também apresentou uma ideia legislativa no mesmo sentido. Segundo o autor, o Congresso Nacional “foi capaz de fazer um bom e democrático Plano Nacional de Educação (certamente muito melhor e menos ideologizado do que se ele tivesse ficado a cargo do MEC)”. Ainda segundo o autor, o provável um ano de atraso seria compensado pela “tranquilidade para os mecanismos de coesão nacional”.

A última postagem do Blog sobre a BNCC foi feita já este ano, em 14 de janeiro de 2018 e intitula-se “Orientações para uma leitura conservadora da BNCC” (SILVA, 2018). Nela, Silva tenta delinear qual foi o papel de seu grupo, o papel das frentes católica e evangélica e o papel de católicos e evangélicos. Segundo o autor a atuação dos cristãos não se deu toda no mesmo sentido. Segundo ele, uma parcela expressiva de grupos cristãos católicos e evangélicos organizados¹³ apoiou a BNCC tal

¹³ Segundo o autor, apoiaram a base curricular instituições como a ANEC (Associação Nacional de Escolas Católicas), a ANAJURE (Associação Nacional de Juristas Evangélicos), ACSI Brasil (Associação Internacional de Escolas Cristãs), ABIEE (Associação Brasileira de Instituições de Ensino Evangélicas), AECEP (Associação de Escolas Cristãs de Educação por Princípios) e ANEB (Associação Nacional de

como proposta pelo MEC e pelo CNE. Por outro lado, entretanto alguns cristãos teriam ficado preocupados e no texto de Silva transparece um certo ar missionário:

Desde o início, a BNCC despertou a preocupação da parte conservadora de professores e pesquisadores cristãos evangélicos e católicos. De um lado, uma parte, pequena, pouco expressiva, voluntária e independente política e institucionalmente, dedicou-se a estudar e alertar os cristãos acerca dos riscos e embaraços que o documento representa para o futuro da hegemonia cristã brasileira.

Segundo o autor, a BNCC seria construída de acordo com a “falsa democracia dos ‘coletivos’ de sindicatos, foros e movimentos sociais alimentados pelas universidades, acrescidos dos interesses expressos do globalismo econômico e do universalismo cultural da UNESCO e do Banco Mundial”. Ao que tudo indica então, o autor resolveu criar uma versão alternativa de BNCC construída pela real democracia de um pequeno grupo de cristãos.

Para Silva, haveria dois principais interesses na criação da versão da base contestada por ele e seu grupo. O primeiro seria o interesse de mercado dos “globalistas (de olho nos negócios bilionários da educação brasileira)” que estariam representados através do “Movimento pela Base Nacional Comum Curricular” liderado pela Fundação Lemann. Concordamos com este ponto. Já o segundo seria o interesse da ONU, através da UNESCO, “que trabalha para sequestrar mentes e almas de crianças e adolescentes para uma hegemonia cultural, educacional e religiosa mundial no futuro”. Com este ponto obviamente não concordamos. Entretanto é justamente ele que mais importa para este grupo que vai analisar¹⁴ esta versão da BNCC homologada pelo CNE de acordo com a perspectiva conservadora cristã.

Escolas Batistas), dentre outras.

¹⁴ Segundo Silva, a análise foi feita por ele e pelas também professoras Sandra Lima de Vasconcelos Ramos e Viviane Petinelli e pela jurista e assessora parlamentar Damaris Alves. O autor esqueceu apenas de mencionar que Damaris Alves também é cantora gospel, pastora evangélica e assessora do senador Magno Malta (PR).

As críticas dos cristãos conservadores à terceira versão da BNCC

As críticas do grupo à terceira versão da BNCC podem ser acompanhadas em diferentes mídias: reportagens de jornal, entrevistas em rádio, vídeo de audiências públicas, postagens no citado blog e nos documentos produzidos que foram disponibilizados também no Blog. Na postagem “A 3ª versão da BNCC: análise e constatações (nota técnica)” (SILVA & PETINNELI, 2018), dedicada à uma análise dos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, os autores começam o texto apresentando o histórico da construção da BNCC, lembrando a pressão exercida pela bancada cristã¹⁵ e grupos conservadores para a retirada de todas as menções a gênero do documento. Entretanto, defendem a ideia de que a ameaça da “Ideologia de Gênero” ainda estaria presente no documento:

(...) de acordo com nossa análise, essas medidas podem não ser suficientes para lidar com a estratégia da Ideologia de Gênero de promover a desconstrução da heteronormatividade, ou seja, da normalidade de ser homem e mulher e do casamento entre um homem e uma mulher. Isto quando as concepções de identidade e família escorregarem por outras construções linguísticas, preferindo a descrição de imagens, a sutileza e a legitimação do discurso científico. Essa estratégia já ocorre nos livros didáticos e, pela leveza e legitimação da linguagem técnica-pedagógica e da descrição das imagens, torna-se difícil de ser contestada.

É interessante notar que no próprio texto afirma-se que a “estratégia da Ideologia de Gênero” é de difícil contestação dadas a “legitimação” do discurso científico e da linguagem técnica-pedagógica. Aqui os autores reconhecem que existe um processo discursivo que constrói a legitimidade de certos enunciados e não de outros. Porém, ele não desenvolve o argumento de como esse processo se constrói, quais são e como se estabelecem os regimes de verdade de cada campo discursivo. Isso se nota claramente quando o autor denuncia o fato de terem que lidar com “uma parte

¹⁵ Existem hoje no congresso duas bancadas cristãs formalmente organizadas: a bancada evangélica e a bancada católica. Importante notar que muitos membros da bancada católica são também membros da bancada evangélica e que ambas trabalham declarada e objetivamente juntas em prol de interesses comuns.

da Justiça, inclusive do Ministério Público e dos tribunais superiores que relativiza a moral e os costumes, mesmo os valores mais caros à sociedade”. O deslocamento entre esferas de construção de discurso distintos – como o discurso jurídico e a moral religiosa – sem a consideração dos distintos regimes de verdade que compõem cada um deles, revela a fragilidade desses argumentos. Segundo os autores, haveria no texto “inúmeras frases e períodos muito bem construídos e maliciosamente costurados, dizendo uma coisa, mas, na verdade, querendo dizer outra” que trariam três grandes ameaças: 1) um projeto de desconstrução da família natural, 2) um projeto de desconstrução da sexualidade natural e 3) um projeto de desconstrução da moral religiosa cristã.

Não nos ateremos a análise de cada um dos itens pois isso já foi feito em outro texto nosso aguardando publicação. Falaremos um pouco mais apenas da terceira ameaça, o projeto de desconstrução da moral religiosa cristã. Este é apresentado em três frentes. A primeira frente seria a desconstrução da moral religiosa judaico cristã em si, a segunda seria a tentativa de promoção de religiões orientais e a terceira a promoção das religiões de matrizes africanas.

Com relação à tentativa de desconstrução da moral cristã, segundo os autores, esse seria um problema grave uma vez que “a maioria das famílias brasileiras apresenta, em menor ou maior medida, um sistema de crenças e vivências judaico-cristão”. Quando os professores e livros didáticos falam sobre a necessidade de formar o cidadão crítico, o alvo da problematização seria justamente esta religiosidade judaico-cristã.

O autor e a autora mencionaram a lei 11.645/2008, que instituiu o ensino obrigatório da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e ensino médio nas escolas públicas e particulares, para dizer que este ensino não está sendo da maneira correta. Em que pese as inúmeras considerações que podem ser feitas em relação às dificuldades de implementação da lei, para os autores “o ensino da cultura afro-brasileira na escola é confundido com proselitismo religioso”.

É importante mencionar que ao verificarmos todas as postagens do blog, desde seu início em 2014 até hoje, pudemos observar inúmeras críticas à presença de imagens e lendas do panteão das religiões de matriz africana e aos textos explicativos

sobre os fundamentos destas religiões, mas que não pudemos encontrar nenhuma observação aos mesmos itens (imagens, lendas e textos explicativos) de nenhuma outra matriz religiosa. Enquanto imagens de orixás negros retirados de livros didáticos e paradidáticos são apresentadas a todo momento no blog como prova da doutrinação em umbanda e candomblé, não são apresentadas nenhuma das inúmeras imagens de personagens icônicos do cristianismo, sem dúvida alguma os mais super-representados em todos os livros didáticos de história, assim como não são apresentadas as imagens trazidas pelos livros didáticos e paradidáticos do panteão de deuses egípcios, gregos, romanos e nórdicos.

De forma complementar a esta suposta primeira frente de ataque a religiosidade cristã se daria a segunda frente, que consiste na “promoção de ramificações da religiosidade oriental” que seria feita ao longo da BNCC, nos tópicos relativos à ginásticas de conscientização cultural que segundo os autores, “legitima e universaliza práticas religiosas orientais e esotéricas nas escolas públicas e particulares, inclusive as confessionais”. Ainda segundo os autores, em uma sociedade de maioria cristã, a estratégia de penetração desta religiosidade no currículo seria a abdicação “do pertencimento ao campo religioso” e a inserção destas “nos discursos das filosofias e terapias alternativas, além do científico”. Essas grandes ameaças seriam “a biodança, a bioenergética, a eutonia, a antiginástica, o Método Feldenkrais, a ioga, o tai chi chuan, a ginástica chinesa, entre outros” (SILVA, 2016).

A versão final do documento: retirar as menções a gênero não foi suficiente

Do momento da apresentação da terceira, e supostamente última versão, até o momento em que a base foi homologada pelo presidente Michel Temer tanta coisa mudou no documento que é impossível dizer que esta é uma terceira versão modificada. Entendemos esta versão com várias alterações reivindicadas pelos cristãos conservadores como uma quarta versão do documento.

Depois das promessas dos conservadores de que com ideologia de gênero a base não seria aprovada, as discussões sobre as questões de gênero chegaram a ir parar na disciplina Ensino Religioso para que as questões pudessem ser tratadas segundo um

entendimento da moralidade religiosa. Mas mesmo esta concessão não fora suficiente. Para estes grupos não poderia haver sequer menções a gênero e sexualidade no documento e eles conseguiram.

O ministro da Educação, Mendonça Filho, afirmou durante a cerimônia de homologação¹⁶ que “A base é plural, respeita as diferenças, respeita os direitos humanos, não há nenhuma prisão à ideologia de gênero ou coisa parecida”. Segundo ele “Não ficamos presos ao debate estéril que muitas vezes é tomado por ideologias radicais.” Ao que tudo indica, para o ministro radicais são os que defendem os direitos humanos e não os grupos religiosos que tentam retirar direitos de significativa parcela da população brasileira.

Ainda assim, os grupos conservadores ainda se apresentam como estando insatisfeitos. Segundo Silva “30% ou mesmo 40% das páginas são dedicados aos temas multiculturais e interculturais (movimentos sociais, cultura afro-brasileira, cultura indígena, modelos de família e direitos humanos)”. Para este grupo é um grande problema que

Com o pretexto de atender sua proposta INTERCULTURAL e de política CIDADÃ de acordo com o Politicamente Correto e as novas concepções de Direitos Humanos, a BNCC problematizará as religiões e as instituições religiosas com os alunos, além de trazer para o contexto da escola o gnosticismo, o ateísmo, o esoterismo e elementos da religiosidade oriental.

Como vemos desde 2011, quando estes mesmos cristãos conservadores conseguiram não só retirar de circulação os kits de combate à homofobia, como arrancar da então presidenta Dilma Rousseff e a declaração de que não seria “permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais” (DAMÉ, 2011) , a cada conquista estes grupos se fortalecem, conquistam mais espaço e exigem cada vez mais. Só no campo da educação, depois de vencido o kit de combate a homofobia veio à retirada das menções a gênero e orientação sexual do PNE e dos planos municipais e estaduais, veio a total adesão ao Escola Sem Partido, veio a luta por uma “BNCC cristã” e as demandas continuarão. Cristãos conservadores, sejam evangélicos ou católicos, veem a educação

¹⁶ <https://istoe.com.br/base-curricular-nao-possui-nenhuma-prisao-a-ideologia-de-genero-diz-ministro/>

como campo fundamental de sua luta contra a laicidade do estado e a secularização da cultura (CUNHA, 2016).

Referências

Base Curricular não possui nenhuma 'prisão à ideologia de gênero', diz ministro. 20/12/17. Disponível em: < <https://istoe.com.br/base-curricular-nao-possui-nenhuma-prisao-a-ideologia-de-genero-diz-ministro/>> Acesso em: 23/06/2018.

BEDINELLI, Talita. A educação brasileira no centro de uma guerra ideológica. El País Brasil, Política. 26/06/2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/22/politica/1466631380_123983.html?id_externo_rsoc=FB_CM?rel=mas>. Acesso em: 18/02/2018.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <568 http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 23/06/2018.

DAMÉ, Luiza. Dilma diz que 'não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais'. 26/05/2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/dilma-diz-que-nao-vai-ser-permitido-nenhum-orgao-do-governo-fazer-propaganda-de-opcoes-sexuais-2765417>>. Acesso em: 23/06/2018.

CUNHA, Luiz Antônio. *O projeto reacionário de educação*. [S.l.], 2016?. Disponível em: <<http://luizantonioacunha.pro.br/uploads/independente/1-EduReacionaria.pdf>>. Acesso em: 23/06/2018.

MOURA, Fernanda Pereira de. "Escola Sem Partido": Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2016. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174584/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Fernanda%20Pereira%20de%20Moura.pdf>>. Acesso em: 23/06/2018.

PENNA, Fernando Araujo. Programa Escola sem Partido: Uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, C.T.; MONTEIRO, A.M.; MARTINS, M.L.B. (Orgs.). *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

SILVA, Orley José da. Candomblé e Umbanda em Livros Didáticos/2016 do MEC para o Ensino Fundamental. De olho no livro didático. Goiânia, 21/04/2016. Disponível em: <<https://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2016/04/candomble-e-umbanda-em-livros.html>>. Acesso em: 23/06/2018.

SILVA, Orley José da. Livros Didáticos para uma Revolução Socialista Bolivariana. “ESCOLA SEM PARTIDO – educação sem doutrinação”. [S.l.], [S.d.] . Disponível em: <<http://escolasempartido.org/livros-didaticos/459-livros-didaticos-para-a-revolucao-socialista-bolivariana>>. Acesso em: 23/06/2018.

SILVA, Orley José da; Petinelli, Viviane. “A 3ª versão da BNCC: análise e constatações (nota técnica)”. De Olho no Livro Didático. Brasília. 12/04/2017. Disponível em <<https://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2017/04/a-3-versao-da-bncc-analise-e.html>>. Acesso em: 23/06/2018.

SILVA, Orley José da. Orientações para uma leitura conservadora da BNCC. Disponível em <<http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2018/01/guia-para-leitura-da-bncc-com-uma.html>>. Acesso em: 23/06/2018.